

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Capítulo 4

Convênios

No exercício de 2018 o Serviço de Análise de Contratos e Convênios (SEAC) envidou esforços, inclusive direcionou com exclusividade parte da equipe, com foco na análise das prestações de contas ainda pendentes de conclusão, tanto da área técnica como também, em alguns casos, área financeira.

A seguir, destacam-se os convênios analisados no exercício de 2018:

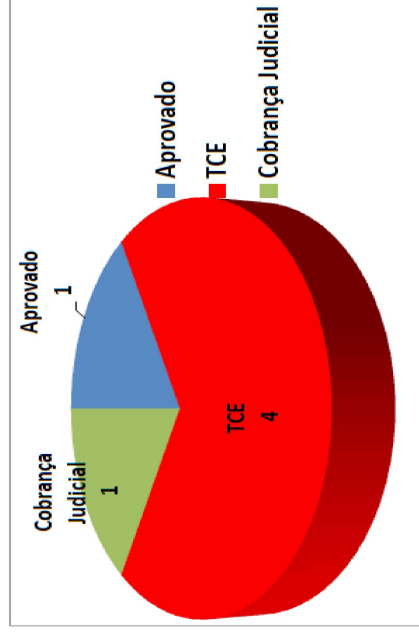
SIAFI	Convenientes
133823	DIA - Documentação Indigenista e Ambiental
331013	Município de Eunápolis
346913	Prefeitura Municipal de Porto Seguro
544568	Governo do Estado de Roraima
598626	Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - ACIPA/COVER
640052	ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente

Ressalta-se que do valor firmado de R\$ 71.733,83 do convênio celebrado entre a Fundação Nacional do Índio e a Prefeitura Municipal de Porto Seguro, houve aprovação total do montante repassado, assim, ficando ao término de 2018 com o status de concluído.

No que diz respeito ao convênio firmado entre a FUNAI e a Prefeitura Municipal de Eunápolis informa-se que do valor inicialmente pactuado de R\$ 102.104,01, parte das despesas foram glosadas, no entanto pelo fato do valor total do dano ser inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme previsto no inciso I, do Art. 6º da IN/TCU, nº 71, de 28/11/2012, não será instaurada TCE, no entanto estão sendo adotadas as medidas administrativas e/ou judiciais que o caso requer para ressarcimento aos cofres públicos.

Em relação aos demais, celebrados com a FUNAI, são eles: DIA - Documentação Indigenista e Ambiental, Governo do Estado de Roraima, Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - ACIPA/COVER e o Termo de Parceria ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente, tem-se a esclarecer que das análises realizadas pelas áreas técnica e/ou financeira estes encontram-se em procedimentos finais para envio à instauração de Tomada de Contas Especiais.

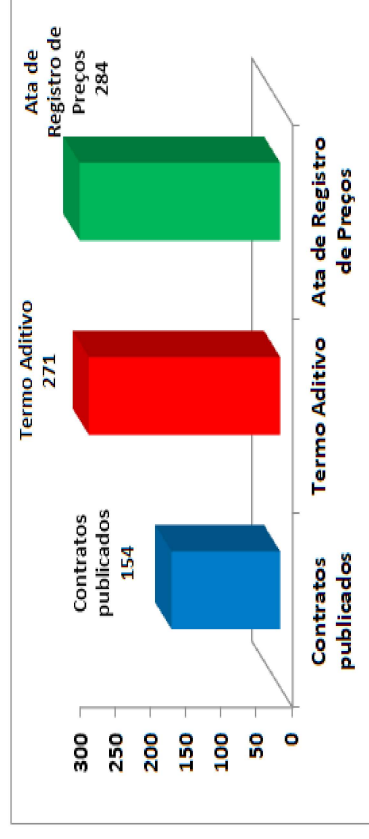
Situação dos Convênios



Publicações

É condição indispensável para eficácia legal dos contratos e termos aditivos a publicação de seus instrumentos na Imprensa Oficial. Em obediência ao Decreto nº 93.872 os extratos devem conter o objeto resumido, modalidade da licitação, dotação orçamentária para cobertura da despesa, valor contratado, data de assinatura entre as partes, vigência, nome dos partícipes, testemunhas.

Do total de 709 instrumentos contratuais publicados no exercício de 2018, pelo Serviço de Contratos e Convênios, 154 foram a formalização de novos contratos, 271 de Termos Aditivos e 284 Atas de Registro de Preços.



Ato de Gestão



Realizado no dia 12 de dezembro de 2018, o Seminário de Encerramento do Exercício para aperfeiçoamento dos servidores das Coordenações Regionais. Onde, houve também, apresentação do Serviço de Contratos e Convênios repassando informações sobre a importância dos procedimentos de contratação, em obediência às normas jurídicas antes do ato de publicação na Imprensa Oficial.



Declaração do Contador

Declaração do Coordenador de Contabilidade,
Alvin José Leite.

A Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT, de acordo com a Portaria 666/2017, compõe a estrutura da Diretoria de Administração e Gestão - DAGES da Funai, que conforme artigo 62 exerce a competência de setorial de contabilidade.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da Funai tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Serviço de Análise Contábil - SEACONT
- Serviço de Análise de Contratos - SEAC
- Serviço de Prestação e Tomada de Contas - SEPT

As **Demonstrações Contábeis da Fundação Nacional do Índio** são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Órgão.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2018 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis da Funai, dentre elas destacamos as seguintes:

- A adesão ao Sistema de Informação de Custos – SiC, seguindo o modelo de apuração de Custos do Ministério da Justiça, instituído por meio da Portaria MJ 341/2017;
- Implantação do Sistema de Informação de Custos – SiC em todas as Unidades Gestoras da Funai.

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho da Funai, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE COM O RMA- A diferença de saldo existente deve-se ao fato de problema, recorrente, no SIADS, já acionado o gestor (SERPRO) do sistema para dar solução.
- SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANS. AT. CIRCULANTE - Trata-se de saldos alongados nas contas contábeis 11.311.01.05 (Salários e ordenados – adiantamento), 11.381.12.00 (Crédito a receber por cessão de pessoal) e 11.381.17.00 (Créditos a receber decorrentes de folha de pagamento). Os valores são originários de exercícios financeiros anteriores a 2018 e não foram efetuados lançamentos durante o exercício, exceto a conta 11.311.01.05 (Salários e ordenados – adiantamento). Quanto ao saldo da conta contábil 11.311.01.05 - Salários e ordenados – adiantamento, o único adiantamento tratado na folha de pagamento, à exceção do adiantamento da gratificação natalina, é o adiantamento salarial de férias, o qual, por definição em Lei, deverá ser pago, quando solicitado pelo servidor, no mês que antecede o início das férias e descontado no mês subsequente ao do início das férias. No que tange a conta contábil 11.381.12.00 - CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL - O assunto já é objeto de processo específico que está sendo tratado na área responsável pela gestão de pessoas, a qual está adotando medidas para a devida regularização.
- ALTA DE ATUALIZ. VALORES ATIVO REALIZ. LP - Trata-se de valores remanescentes de aquisição de linhas telefônicas com direito a cota de ações das empresas prestadora dos serviços, os quais foram absorvidos pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Inventariança do Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND que estão em fase de liquidação e restituição a esta Fundação, momento que será feita a devida regularização.

- SALDO ALONGADO/INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVO NÃO CIR. IMOBILIZADO - Com relação às contas 12.321.06.01 (Obras em andamento) e 12.321.07.00 (Instalações), os saldos são decorrentes de obras realizadas há anos foram finalizadas e as Coordenações Regionais estão buscando informações para a devida transferência de conta contábil e a sua regularização. Referem-se também a transferência de saldos por fusão/cisão e extinção de extintas Administrações Regionais, onde os saldos estão sendo analisados e tomadas as devidas providências para regularização. Ademais, em relação à conta contábil 12.321.08.00 (Benefitorias em Propriedades de Terceiros), as unidades estão realizando análise dos documentos de forma a identificar valores e a forma de tratamento junto aos proprietários desses imóveis.
- FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMOV/INTANG/OUTROS - A falta de reavaliação de bens móveis, se deve principalmente à falta de conclusão dos trabalhos das comissões de levantamento patrimoniais das unidades aliada a insuficiência de pessoal e a falta de qualificação profissional dos servidores para bem desenvolver as tarefas.
- SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB - Quanto à diferença entre os saldos dos bens móveis do sistema SIAFI, com o RMB do sistema de gerenciamento patrimonial SIADS, em algumas unidades, foram criadas comissões patrimoniais de inventário de bens móveis, com o objetivo de conciliar os demonstrativos, SIADS e SIAFI, para regularizar as possíveis distorções de registros, no entanto os trabalhos não têm evoluído dentro do esperado, tendo em vista a carência de pessoal e necessidade de capacitação dos servidores envolvidos, as unidades alegam, principalmente, a falta de recursos humanos com conhecimento técnico para analisar, avaliar e regularizar as situações divergentes encontradas. A existência de valores transferidos de unidades extintas ou incorporadas dificulta o acesso aos documentos que fundamentaram os registros contábeis, de forma que há a necessidade de atuação articulada das unidades desta Fundação. A Coordenação de Contabilidade da Funai continua fazendo gestão junto às unidades no sentido de sanar as irregularidades existentes.
- FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ - Trata-se de unidades que se encontram sem movimento, tendo em vista transferências das atribuições a outro órgão e não efetivada a devida movimentação dos saldos patrimoniais no sistema SIAFI. As unidades envolvidas e responsáveis por esse procedimentos estão interagindo e fazendo gestão para solucionar a situação.
- SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE - Trata-se de:
 - a) impostos retidos e não recolhidos no período correto;
 - b) pagamentos a fornecedores devolvidos por domicílio bancário não habilitado para recebimento;
 - c) entre outras situações que estão sendo orientadas e monitoradas por parte desta setorial de contabilidade.

- **CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA** - Trata-se de convênio cuja prestação de contas está pendente de aprovação, no entanto a análise já está concluída. Cabe ressaltar que pelo fato do valor total do dano ser inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme previsto no inciso I, do Art. 6º da IN/TCU, nº 71, de 28/11/2012, não será instaurada TCE, no entanto estão sendo adotadas as medidas administrativas e/ou judiciais que o caso requer.
- **TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA** - Trata-se de termo de parceria cuja prestação de contas está pendente de aprovação, no entanto a análise já está concluída e em fase de encaminhamento para instauração de Tomada de Contas Especial-TCE, aguardando apenas decorrer o prazo legal de manifestação e/ou recolhimento ao erário do dano apurado.
- **773- TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA** - Trata-se de créditos recebidos de outros órgãos para execução de ações inerentes à área de atuação de interesse desta Fundação cuja prestação de contas está em fase de análise e conclusão.

Declaração do Contador

De Acordo com análise nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancetes Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, do exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF 04 de Fevereiro de 2019.

Alvino José Leite CRC nº DF-014393/O-7

Contador Responsável



Demonstrações contábeis

Balanco Patrimonial

ATIVO		2018	2017
ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		56.315.250,13	6.231.763,92
Caixa e Equivalentes de Caixa		52.444.070,03	5.065.007,81
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		3.502.681,35	746.542,95
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		368.498,75	420.213,16
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		98.771.840.274,12	98.384.865.653,01
Ativo Realizável a Longo Prazo		12.707.964,63	11.803.399,02
Créditos a Longo Prazo		8.603.161,25	8.677.730,29
Dívida Alívia Não Tributária		8.603.161,25	8.677.730,29
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		4.104.803,38	3.125.965,73
Estoques		-	-
Investimentos		692,10	692,10
Participações Permanentes		73,64	73,64
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		0,35	0,35
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		73,29	73,29
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		616,46	616,46
Demais Investimentos Permanentes		616,46	616,46
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-
Imobilizado		98.758.209.738,77	98.372.139.683,27
Bens Móveis		154.512.640,80	146.983.339,94
Bens Móveis		192.011.544,07	173.904.381,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-37.498.933,27	-26.911.041,06
Bens Imóveis		-	-
Bens Imóveis		98.603.697.097,97	98.225.146.343,33
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-813.310,04	-428.440,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		921.878,62	921.878,62
Softwares		904.110,64	904.110,64
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		17.767,98	17.767,98
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		17.767,98	17.767,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		98.828.155.524,25	98.391.097.416,93

PASSIVO		2018	2017
ESPECIFICAÇÃO			
PASSIVO CIRCULANTE		38.663.230,90	2.093.162,59
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		24.747.818,30	6.199,34
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.643.177,73	1.829.154,72
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.135,32	-
Obrigações de Reparação a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		9.270.099,55	257.808,53
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		393.824,15	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		229.430,69	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		164.393,46	-
Resultado Diferido		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		39.057.055,05	2.093.162,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		98.789.098.469,20	98.389.004.254,34
Resultado do Exercício		400.577.487,43	5.046.861.450,77
Resultados de Exercícios Anteriores		98.389.004.254,34	92.268.700.242,48
Ajustes de Exercícios Anteriores		-483.272,57	73.442.561,09
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.789.098.469,20	98.389.004.254,34
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.828.155.524,25	98.391.097.416,93

Fonte: Sifiweb 2018

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas no quadro acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos		2018	2017
Recursos Ordinários		-108.650.957,48	-73.184,54
Recursos Vinculados		-10.718.183,28	-1.185,65
Educação		-46.656,91	-55,72
Seguridade Social (Exceto RGPs)		-723.244,63	0,12
Previdência Social (RPPS)		-318.898,58	-
Recursos de Receitas Financeiras		-8.998,30	-
Operação de Crédito		-10.737.047,86	-1.713,81
Alienação de Bens e Direitos		13.700,00	13,70
Doações		-240.282.941	0,04
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-3.137.182	570,02
Total das Fontes de Recursos		-119.369.140,76	-74.370,19

Demonstrações contábeis

Balanco Orçamentário

O Balanco Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanco Orçamentário é composto por:

- a) Quadro Principal;
 - b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanco Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	112.917,00	112.917,00	149.195,79	36.278,79	
Receitas Tributárias	-	-	3.697,35	3.697,35	
Taxas	-	-	3.697,35	3.697,35	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	-	-	136,40	136,40	
Outras Receitas Correntes	112.917,00	112.917,00	145.362,04	32.445,04	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	7.726,00	7.726,00	7.780,43	34,43	
Indenizações, Resoluções e Ressarcimentos	5.490,00	5.490,00	114.848,33	109.358,33	
Demais Receitas Correntes	99.701,00	99.701,00	22.953,28	-76.747,72	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	112.917,00	112.917,00	149.195,79	36.278,79	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	112.917,00	112.917,00	149.195,79	36.278,79	
DEFICIT			628.198.873,88	628.198.873,88	
TOTAL	112.917,00	112.917,00	628.348.069,67	628.235.152,67	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	77.155.920,00	77.155.920,00	-	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	77.155.920,00	77.155.920,00	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	688.872.807,00	821.583.738,00	674.926.888,18	606.734.231,77	478.178.707,77	48.667.871,92
Pessoal e Encargos Sociais	414.803.807,00	428.788.710,00	420.207.930,00	408.502.875,22	378.478.021,97	8.580.780,00
Outras Despesas Correntes	171.445.118,00	182.795.028,00	164.717.938,18	98.231.668,55	87.703.886,80	38.077.081,92
DESPESAS DE CAPITAL	10.724.084,00	47.240.181,00	63.422.203,48	8.860.308,88	8.732.888,78	-8.182.042,48
Investimentos	10.724.084,00	31.364.241,00	37.638.288,48	8.860.308,88	8.732.888,78	-8.182.042,48
Inversões Financeiras	-	16.885.920,00	16.885.920,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	688.872.807,00	868.823.899,00	828.348.088,67	614.984.640,43	482.908.807,66	40.475.829,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	688.872.807,00	868.823.899,00	828.348.088,67	614.984.640,43	482.908.807,66	40.475.829,33
TOTAL	688.872.807,00	868.823.899,00	828.348.088,67	614.984.640,43	482.908.807,66	40.475.829,33

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não Processados	77.509.327	5.798.909	46.045.993	25.664.425
Restos a Pagar Processados	1.998.418	129.970	1.080.707	787.741
Total	79.507.745	5.928.878	47.126.700	26.452.166

Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As principais origens das alterações na situação líquida da Funai em 2018 foram: o Superávit Patrimonial do exercício no valor de R\$ 400 milhões, o que corresponde a 93% abaixo do resultado de 2017, em decorrência da variação da conta Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos – Reavaliação de Ativos, que em 2017 registrou R\$ 5,6 bilhões a mais que 2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.552.054.733,55	9.827.954.121,29	
Taxas	5.281,92	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	136,40	63,84	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	136,40	63,84	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	25,15	438,02	
Juros e Encargos de Mora	25,15	438,02	
Transferências e Delegações Recebidas	1.135.520.488,89	1.032.189.206,75	
Transferências Intragovernamentais	1.130.138.258,3	1.027.075.263,40	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.382.230,58	5.113.943,35	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	416.128.968,98	8.794.437.499,80	
Passivos	160.234.184,78	8.024.180.093,45	
Ganhos com Incorporação de Alivos	255.895.619,91	770.117.384,44	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	199.164,29	140.041,91	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	399.832,21	1.326.912,88	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	399.832,21	1.326.912,88	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	1.151.477.246,12	3.781.092.670,52	
Remuneração a Pessoal	372.926.873,06	355.759.291,00	
Encargos Patronais	312.507.517,74	299.390.526,41	
Benefícios a Pessoal	41.690.464,64	36.792.833,10	
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	17.803.682,93	18.874.663,84	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	925.207,75	711.267,65	
Aposentadorias e Reformas	51.417.557,26	34.211.529,45	
Pensões	13.477.312,58	805,48	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	37.759.848,13	34.157.945,17	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	180.396,54	52.778,80	
Uso de Material de Consumo	110.622.821,95	101.670.970,99	
Serviços	21.265.985,72	15.829.022,15	
Depreciação, Amortização e Exaustão	79.722.466,59	76.512.181,30	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.634.369,64	9.329.767,54	
Juros e Encargos de Mora	7.983,48	33.527,06	
Descontos Financeiros Concedidos	7.978,02	33.527,06	
Transferências e Delegações Concedidas	5,46	-	
Transferências Intragovernamentais	561.718.901,17	522.018.993,89	
Transferências ao Exterior	553.240.638,62	517.276.259,17	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.556.229,67	1.995.455,92	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.922.032,88	2.747.278,80	
Perdas Involuntárias	44.078.697,30	2.764.757.647,74	
Incorporação de Passivos	8.266.549,49	2.758.043.837,43	
Desincorporação de Ativos	116.059,77	297.241,19	
Tributárias	35.696.089,10	6.416.588,12	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	275.462,62	139.628,82	
Contribuições	169.908,80	91.860,28	
105.553,82	47.768,54	-	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços	-	2.501.081,57	
Previdências/Variações Patrimoniais Diminutivas	10.428.949,28	2.501.081,57	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.428.949,28	2.501.081,57	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	400.577.487,43	6.046.861.450,77	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS	69.941.334,41	5.848.125,32
INGRESSOS	1.131.877.758,05	1.028.203.500,47
Receitas Derivadas e Originárias	149.195,79	317.829,88
Receita Tributária	3.897,36	-
Receita de Serviços	106,40	63,94
Outras Receitas Derivadas e Originárias	145.382,04	317.766,04
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.131.728.562,26	1.027.885.670,59
Ingressos Extraorçamentários	12.687,60	810.400,19
Transferências Financeiras Recebidas	1.130.138.258,31	1.027.075.263,40
Arrecadação de Outra Unidade	373.427,16	-
Demais Recebimentos	-	7,00
DESEMBOLSOS	-1.061.936.423,64	-1.022.355.375,15
Pessoal e Demais Despesas	-463.643.735,46	-464.818.741,02
Administração	-300,00	-
Assistência Social	-123.294,58	-71.676,23
Previdência Social	-142.727.918,33	-131.439.816,12
Educação	-430.807,00	-956.550,22
Cultura	-1.136.166,30	-1.475.917,28
Direitos da Cidadania	-318.896.231,21	-330.680.729,52
Agricultura	-182.619,41	-
Encargos Especiais	-116.512,52	-
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	143,89	-
Transferências Concedidas	-43.860.156,34	-39.452.187,71
Intragovernamentais	-42.290.187,67	-37.456.731,79
Outras Transferências Concedidas	-1.569.968,67	-1.995.455,92
Outros Desembolsos das Operações	-554.462.531,84	-518.084.446,42
Despêndios Extraorçamentários	-122.1893,22	-808.187,25
Transferências Financeiras Concedidas	-553.240.638,62	-517.276.259,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE	-22.562.272,19	-11.923.123,56

INGRESSOS	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.562.272,19	-11.923.123,56
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.240.798,63	-5.258.161,44
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.321.473,56	-6.664.962,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social da Empresa Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47.379.062,22	-6.074.998,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.065.007,81	11.140.006,05
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	52.444.070,03	5.065.007,81

O Fluxo de Caixa da Funai no exercício de 2018 em relação a 2017 teve um aumento de R\$ 47 milhões.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentam as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Balanco Financeiro

No Balanço Financeiro (BF) são evidenciadas as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias	149.195,79	317.829,88	
Vinculadas	153.818,91	308.016,91	
Previdência Social (RPPS)	-	29.010,27	
Recursos de Receitas Financeiras	153.818,91	-	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	153.818,91	29.010,27	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.623,12	-19.197,30	
Transferências Financeiras Recebidas	1.130.138.258,31	1.027.075.263,40	
Resultantes da Execução Orçamentária	1.031.807.256,65	970.300.727,06	
Repassse Recebido	516.740.520,00	481.184.285,85	
Sub-repassse Recebido	515.066.736,65	489.116.441,21	
Independentes da Execução Orçamentária	98.331.001,66	56.774.536,34	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	97.417.776,34	55.801.795,79	
Demaís Transferências Recebidas	-	887.255,28	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	913.225,32	85.485,27	
Aporte ao RPPS	-	-	
Aporte ao RGPS	-	-	
Recebimentos Extraorçamentários	147.028.909,95	56.515.045,26	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	31.474.932,87	1.450.309,16	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	113.963.529,24	54.254.328,91	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.216.876,80	810.400,19	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	373.571,04	7,00	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de	143,89	-	
Arrecadação de Outra Unidade	373.427,15	-	
Demaís Recebimentos	-	7,00	
Saldo do Exercício Anterior	5.065.007,81	11.140.006,05	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.065.007,81	11.140.006,05	
TOTAL	1.282.381.371,86	1.095.048.144,59	

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	
Despesas Orçamentárias	628.348.069,67	541.689.354,76	
Ordinárias	501.149.116,62	538.767.285,64	
Vinculadas	127.198.953,05	2.922.069,12	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	22.524.796,61	98.032,20	
Previdência Social (RPPS)	80.661.735,00	-	
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	
Operação de Crédito	23.899.828,01	2.136.984,97	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	112.593,43	687.051,95	
Transferências Financeiras Concedidas	553.240.638,62	517.276.259,17	
Resultantes da Execução Orçamentária	515.074.310,82	489.150.996,21	
Repassse Concedido	7.574,17	34.555,00	
Sub-repassse Concedido	515.066.736,65	489.116.441,21	
Independentes da Execução Orçamentária	38.166.327,80	28.125.262,96	
Transferências Concedidas para Pagamento	37.749.763,24	27.693.254,20	
Demaís Transferências Concedidas	33.031,18	123.991,85	
Movimento de Saldos Patrimoniais	383.533,38	308.016,91	
Aporte ao RPPS	-	-	
Aporte ao RGPS	-	-	
Despesas Extraorçamentárias	48.348.593,54	31.017.522,85	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.080.707,21	999.128,52	
Pagamento dos Restos a Pagar Não	46.045.993,11	29.210.207,08	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.221.893,22	808.187,25	
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	
Saldo para o Exercício Seguinte	52.444.070,03	5.065.007,81	
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.444.070,03	5.065.007,81	
TOTAL	1.282.381.371,86	1.095.048.144,59	

NOTAS EXPLICATIVAS

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Fundação Nacional do Índio – Funai, foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), tais como: NBC TSP Estrutura Conceitual e Resoluções CFC nº 1.133 a 1.137/2008). Além disso, foram observadas as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição (Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 2/2016 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 840/2016), e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Portaria STN nº 700/2014), bem como, considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e nas demais normas aplicáveis.

1.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Funai, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem limite de saque com vinculação de pagamento, na conta única, e demais depósitos bancários. Os valores disponibilizados à Funai são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(b) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de caixa. Esse decreto estabelece que todos os ingressos e dispêndios da União sejam controlados em um único grupo que representará o Caixa da União.

Neste sentido os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e

que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no subgrupo Outros Bancos.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(d) Estoques

Os estoques compreendem o almoxarifado. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo referentes a depósitos judiciais efetuados. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou

exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Funai tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

A Funai está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do módulo Patrimônio do Sistema SIADS.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas à Funai não realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida macrofunção As Unidades Gestoras que não realizaram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, de acordo com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI, por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da Funai são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (a) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (b) fornecedores e contas a pagar;
- (c) obrigações fiscais; e
- (d) demais obrigações.

(j) Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: (a) patrimonial; (b) orçamentário; e (c) financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

a. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas:

É realizada mensalmente pela Setorial Contábil - CCONT, conforme estabelecido no inciso VIII, do art 62 do Regimento Interno da Funai (Portaria nº 666/2017).

Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar vies nos valores evidenciados.

2 COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

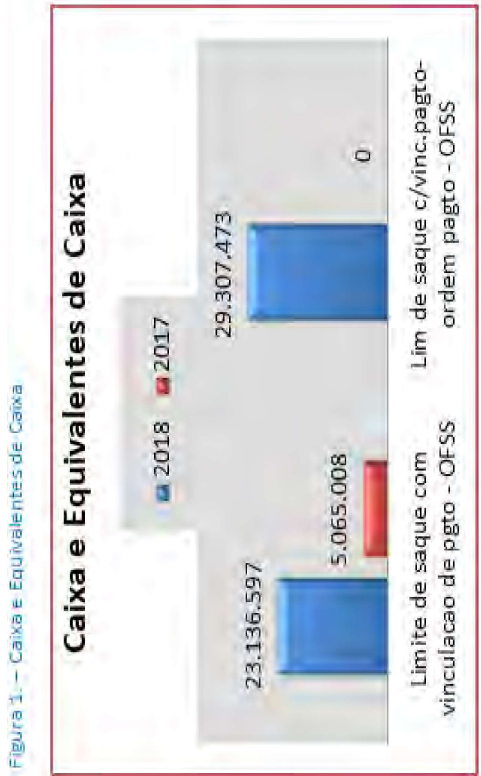
Em 31/12/2018, a Funai apresentou um saldo de R\$ 52,4 milhões relacionados com “Caixa e Equivalentes de Caixa”. Observou-se que houve um acréscimo de 1035,42% nesses valores, comparando-se ao mesmo período de 2017, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Composição Caixa e Equivalentes de Caixa

Ativo Circulante	2018	2017	AH
Limite de saque com vinculação de pgto - OFSS	23.136.597,26	5.065.007,81	456,79%
Lim. de saque c/vinc. pagto- ordem pagto - OFSS	29.307.472,77	0,00	-
Total	52.444.070,03	5.065.007,81	1035,42%

Fonte: SIAFI, 2018.

A seguir o gráfico demonstra a variação ocorrida no Caixa e Equivalentes de Caixa:



A Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - OFSS representa 44,12% dos valores de Caixa e Equivalente de Caixa da Funai em 2018, distribuídos nas Unidades Gestoras, com 21 milhões concentrados na UG 194088 – Unidade Orçamentária da Funai, e refere-se à valores recebidos que em decorrência da ausência de execução, permanecem vigentes, cujos saldos foram inscritos em Restos a Pagar.

A Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – ordem de pagamento - OFSS representa 55,88% dos valores de Caixa e Equivalente de Caixa da Funai em 2018, com 29 milhões concentrados na UG 194035 –Funai Sede/DF, desse montante 27 milhões referem-se à Pagamento de Pessoal referente ao mês de Dezembro de 2018, pago em Janeiro de 2019.

Nota 2 – Imobilizado:

Em 31/12/2018, a Funai apresentou um saldo de R\$ 2,86 bilhões relacionados a imobilizado, que representa 99,93% do ativo total.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

Tabela 2. Imobilizado – Composição.

Imobilizado	2018	AV	2017	AV	AH
Bens Móveis	154.512.641	0,16%	146.993.340	0,15%	1,05%
(+) Valor Bruto Contábil	192.011.544	-	173.904.381	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-37.498.903	-	-26.911.041	-	-
Bens Imóveis	98.603.697.098	99,84%	98.225.146.343	99,85%	1,00%
(+) Valor Bruto Contábil	98.604.310.408	-	98.225.574.783	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-613.310	-	-428.440	-	-
Total	98.758.209.739	100,00%	98.372.139.683	100,00%	1,00%

Fonte: SIAFI, 2018

2.1 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Funai em 31/12/2018 totalizavam R\$ 98,6 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 3 . Bens Imóveis – Composição.

Bens imóveis	2018	AV	2017	AV	AH
Bens de uso especial registrados no SPIUNET	98.576.833.594	99,97%	98.196.302.665	99,97%	1,00%
Bens de uso especial não registrados no SPIUNET	4.264.975	0,00%	5.366.460	0,01%	0,79%
Bens dominicais não registrados no SIAPA	199.533	0,00%	199.533	0,00%	1,00%
Bens imóveis em andamento	18.824.442	0,02%	19.264.851	0,02%	0,98%
Instalações	3.804.197	0,00%	4.053.633	0,00%	0,94%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	118.750	0,00%	122.725	0,00%	0,97%
Demais bens imóveis	264.917	0,00%	264.917	0,00%	1,00%
Valor bruto	98.604.310.408	100,00%	98.225.574.783	100%	1,00%
Depreciação acumulada - bens imóveis	-613.310	0,00%	-428.440	0,00%	1,43%
Total de bens imóveis	98.604.923.718	100,00%	98.226.003.223	100%	1,00%

Fonte: SIAFI, 2018.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial registrados no SPIUNET correspondem a 99,97 % de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Funai, perfazendo o montante de R\$ 98,5 bilhões em 31/12/2018 a valores brutos. A composição desses bens é demonstrada no Figura a seguir:

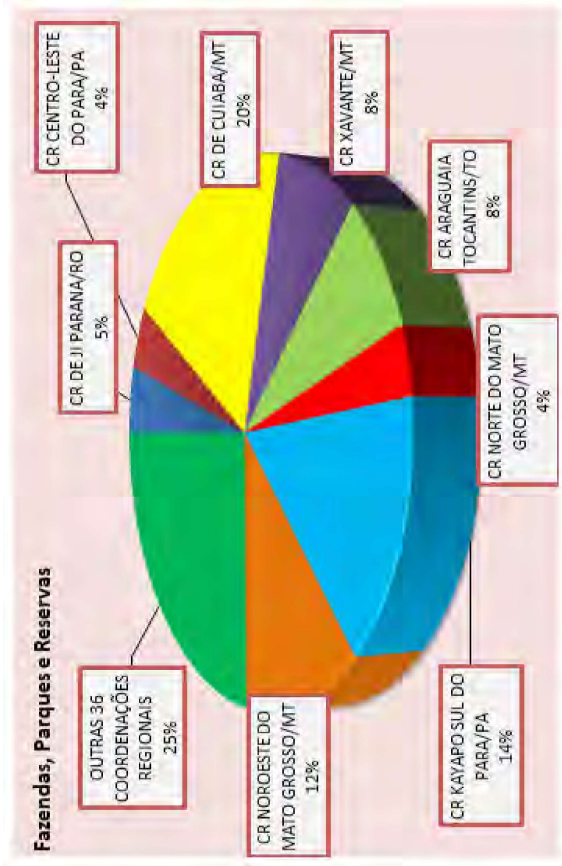
Tabela 4. Bens de uso especial registrados no SPIUNET

Bens de uso especial registrados no SPIUNET	2018	AV
Imoveis residenciais / comerciais	3.446.527	0,00%
Edifícios	1.272.544.081	1,29%
Terrenos/glebas	85.043.316	0,09%
Represas/acúdes	141.654.671	0,14%
Fazendas, parques e reservas	97.013.819.101	98,41%
Museus/palácios	3.003.094	0,00%
Estacionamentos e garagens	113.940	0,00%
Lojas	58.330	0,00%
Autarquias/fundações	57.140.017	0,06%
Outros bens imóveis registrados no SPIUNET	10.517	0,00%
Total de bens imóveis de uso especial registrados no SPIUNET	98.576.833.594	100%

Fonte: SIAFI, 2018

Os bens de uso especial registrados no SPIUNET em 31/12/2018 mais relevantes, na composição do patrimônio imobiliário da Funai, são constituídos de Fazendas, parques e reservas, representando 98,41 % do total de Bens registrados nesta conta. E estão concentrados nas Unidades Gestoras abaixo:

Figura 2. Fazendas, Parques e Reservas.



Há uma concentração do patrimônio da Funai na conta Fazendas, Parques e Reservas, no âmbito da Funai estão registrados, com predomínio, os valores atribuídos à Terras Indígenas.

Nota 3 – Intangível

Em 31/12/2018, a Funai, apresentou um saldo de R\$ 0,92 milhões relacionados a intangível.

Destaca-se que 92% do valor do Intangível está concentrado nas UG's 194035 – Funai Sede e na UG 194022 – Museu do Índio , na conta contábil Softwares com vida útil indefinida e refere-se a aquisição de licença de uso de softwares de rede, antivírus, backup e outros.

Nota 4 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2017 foi superavitário em R\$ 400 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

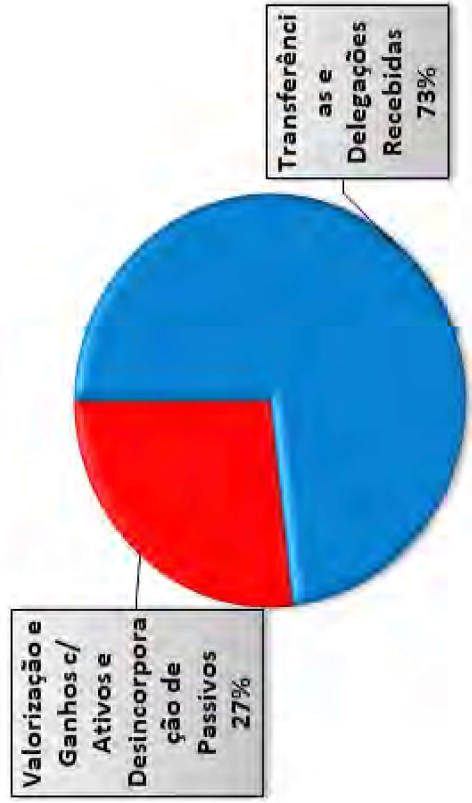
Tabela 5. Variações Patrimoniais Aumentativas versus Variações Patrimoniais Diminutivas.

	2018	2017	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.552.054.734	9.827.954.121	15,79%
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.151.477.246	3.781.092.671	30,45%
Resultado Patrimonial do Período	400.577.487	6.046.861.451	6,62%

Fonte: SIAFI, 2018

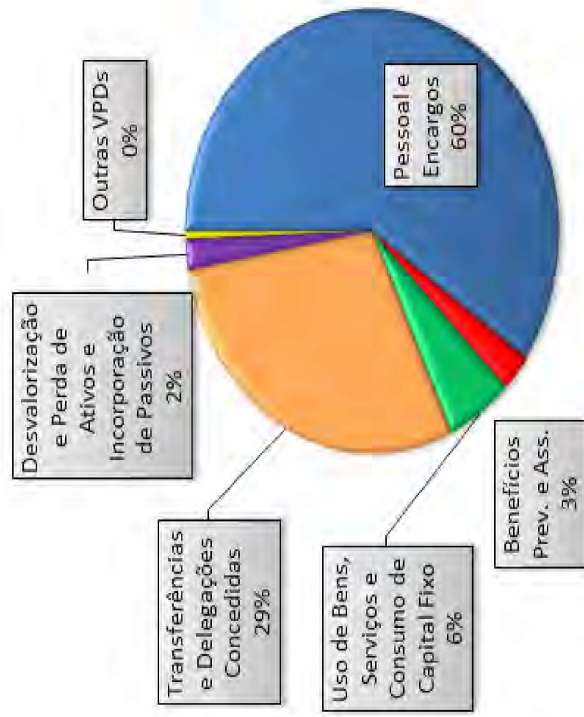
Observa-se que no resultado patrimonial do período houve um decréscimo de 93,38 % quando comparado ao do exercício anterior. Ao final de 2017, o resultado foi positivo em R\$ 6 bilhões e em 2017, o resultado foi positivo em R\$ 400 milhões, implicando uma variação negativa da ordem de R\$ 5,6 milhões.

Figura 3. Composição da Variação Patrimonial Aumentativa.



A composição das Variações Patrimoniais Diminutivas da Funai, em 2018, está detalhada no gráfico a seguir:

Figura 4. Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição



A maior parte do saldo em dezembro de 2018 das VPD's da Funai se referem a pessoal e encargos (60%), seguida por transferências e delegações concedidas (29%).

Quanto à VPD Transferências e Delegações concedidas da Funai, são referentes a transferências intragovernamentais em decorrência da programação financeira (PF) das unidades gestoras.

Nota 5 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado financeiro do exercício alcançou o montante de R\$ 47,3 milhões e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao de 2017.

Tabela 6. Resultado Financeiro – composição

	dez/18	dez/17
Atividades Operacionais	69.941.334	5.848.125
Atividades de Investimento	-22.562.272	-11.923.124
Atividades de Financiamento	0	0
Total	47.379.062	-6.074.998

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Na Funai em 2018 este valor foi superavitário em R\$ 47 milhões o que corresponde um aumento em comparação com o valor de 2017 que foi um déficit de R\$ 6 milhões.

Pode-se observar que no fluxo das atividades operacionais teve um superávit no resultado, ele varia de um resultado positivo em 2016 de R\$ 5,8 milhões para o montante de R\$ 70 milhões em 2018, o que corresponde um fluxo positivo em valores absolutos de R\$ 64 milhões, o que representa 148 % em relação ao superávit total do ano. Sendo este valor composto pelo aumento das receitas derivadas e originárias tendo como principal fator o ingresso de Transferências Financeiras Recebidas que em 2017 foi R\$ 1,03 bilhões e em 2018 passando para R\$ 1,13 bilhões.

Na análise do fluxo das atividades de investimentos verifica-se que ele teve um resultado negativo no exercício de 2018 em comparação com 2017, ocorreu uma redução de R\$ 11 milhões, principalmente pelo aumento da Aquisição de Ativo Não Circulante.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Capítulo 5

